

EDITORIAL



É com orgulho e satisfação que toda equipe envolvida no processo editorial da Revista Brasileira de Ciências Policiais apresenta ao público sua mais recente edição. Dentre os desafios desta nova equipe, tem-se a missão de dar continuidade ao excelente trabalho de nossos antecessores. Sentimo-nos, portanto, agradecidos e lisonjeados em levar o bastão do conhecimento adiante. Há de se destacar que cada um dos antigos editores e colaboradores da revista permanecem, direta ou indiretamente, ligados ao presente número, nesse sentido, dizemos estar em “pé sobre os ombros de gigantes” – para usar a célebre expressão de reconhecimento de Isaac Newton.

A Revista Brasileira de Ciências Policiais permanece sendo veículo de divulgação de estudos sobre a polícia. Em sua maioria, os artigos desta edição trazem a reflexão de profissionais que se debruçaram sobre a própria prática, levando-a adiante em uma vertente teórico investigativa, afinal, a prática policial é – passando por laudos, inquéritos, investigações, pareceres, operações, etc. – geradora de conhecimentos que ultrapassam a finalidade imediata de sua atividade precípua e solicitam ao olhar atilado do investigador científico a decantação desses saberes em dados e conhecimentos consolidados. Esta é uma especificidade que percebemos no trabalho dos policiais que atuaram na elaboração de artigos presentes nesse número: a necessidade de levar adiante o que encontraram, produziram, descobriram, organizaram e perceberam.

Por outro lado, a objetividade desses saberes produzidos também os torna dados sensíveis à toda comunidade científica e não só aos policiais diretamente envolvidos com sua produção, mas a todos os pesquisadores oriundos das mais diferentes esferas acadêmicas e profissionais. Razão pela qual, não apenas “policiais refletindo sobre sua própria prática” encontram espaço na Revista Brasileira de Ciências Policiais. Nesse sentido, dos 10 (dez) artigos que compõem o presente número, encontramos também estudiosos e pesquisadores, mestres e doutores de outras instituições acadêmicas e científicas que, direta

ou indiretamente, tomam a polícia como objeto de análise ou levam o produto de sua prática ao escrutínio científico, fazendo dela também sujeito ativo de conhecimento.

Seja feita por policiais, sobre policiais ou para a realidade policial, a produção científica nesse campo é uma necessidade também por motivos sociais e pragmáticos. Não só a questão policial, mas a segurança pública como um todo demanda, de todas as esferas da sociedade, reflexão e posicionamento. Afinal, falamos a partir de um país onde os desafios civilizatórios nunca foram totalmente satisfeitos. Essa incompletude aparece na realidade assustadora de números estampados nos dados de segurança pública. Para o ano de 2022, o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública registrou uma taxa média de mortalidade de 23,4 pessoas por 100 mil habitantes, uma taxa quase quatro vezes maior do que a média global, restrita a 5,8 por 100 mil habitantes. O anuário tradicionalmente cobre outros tantos dados alarmantes, mas esse dado isolado, por si só, interessa a toda ciência social ou a todo saber que assuma a responsabilidade de mitigá-lo e combatê-lo, oferecendo cenários e contextos mais amplos de entendimento sobre as múltiplas causas e raízes desses problemas dentro dessa sociedade.

Para refletir sobre a multiplicidade das causas e sobre esse impasse civilizatório, a edição n. 13, vol. 14, está organizada no modo fluxo livre e não como dossiê temático. Sai de cena a reflexão intensiva sobre um tópico e intercalam-se uma miríade de temas que permeiam a paisagem da ciência policial, tanto dentro como fora do Brasil.

Abrimos essa edição com uma contribuição das pesquisadoras portuguesas, Beatriz C. Silva e Lúcia G. Pais. O primoroso *Police Work On Domestic Violence: Impacts On The Police Officers* traz à lume pesquisa sobre os impactos, nos policiais como vítimas secundárias, do enfrentamento à violência doméstica no contexto lusitano. Escrito em inglês, a contribuição contou com pesquisa qualificada com agentes da Polícia de Segurança Pública de Portugal (“polícias”, como bem dizem os patrícios). Foram abordados profissionais que trabalham sistematicamente com vítimas de violência doméstica. A pesquisa, com excelentes gráficos, traz as principais respostas e estratégias usadas pelos agentes para enfrentar o stress da profissão, assim como retrata os desafios

institucionais e culturais para compreender o impacto causado pelo contato direto com a violência sobre vulneráveis.

Enquanto o primeiro artigo lança um olhar humanizado sobre os agentes de polícia, o próximo aborda outro espectro da ciência policial no contexto nacional: *o estado da arte da perícia forense* é apresentado a partir da utilização inovadora da categoria de perfil genético “restos mortais identificados” (RMI). Os pesquisadores Ronaldo Carneiro da Silva Júnior, Silviene Fabiana de Oliveira, Marcelo Pereira Mendes e Thaís Souza da Silva destacam como a categoria (RMI) pode auxiliar nas resoluções de crimes de autoria desconhecida. De acordo com os pesquisadores, apenas o Brasil se utiliza da categoria RMI em seus bancos, isso tanto em comparação com os Bancos de Perfis Genéticos dos Estados Unidos, como em relação aos latino-americanos. O artigo desenvolve, de forma bastante didática, múltiplas frentes. Primeiramente apresenta o significado da categoria em análise – as condições legais de coleta, o prazo de armazenamento. Em seguida conceitua, situando historicamente a criação do Banco Nacional de Perfis Genético (BNPG), destrincha o funcionamento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. Também demonstra a utilização frutífera da categoria (RMI) na resolução de investigações criminais, como nos casos em que, durante uma investigação criminal, o autor do referido crime falece. E, por fim, consolidam esse apanhado numa análise quali-quantitativa da utilização dessa categoria no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) e do Banco Federal de Perfis Genéticos (BFPG), desde a aprovação da Resolução n.º 11, em julho de 2019 até novembro de 2022.

O terceiro artigo desta edição traz de forma resumida a dissertação de mestrado acadêmico: “A compartimentação da informação em investigações policiais: aspectos do sigilo e do controle de acesso à informação em investigações conduzidas pela Polícia Federal”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PG-CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fruto de convênio firmado entre a PF e a UFSC. A pesquisa de dissertação teve o objetivo de analisar o fenômeno da compartimentação da informação produzida ou descoberta pelas investigações policiais conduzidas pela Polícia Federal. O trabalho buscou responder à questão motriz: quais são os principais aspectos do fenômeno da compartimentação da

informação aplicada às investigações policiais conduzidas pela Polícia Federal no Brasil?

No quarto artigo, o pesquisador Marlon Cajado se debruça sobre o que chama de “graves efeitos colaterais da globalização”, como o terrorismo e a criminalidade organizada transfronteiriça. Cabendo à comunidade internacional uma resposta eficaz e coesa a partir da cooperação jurídica entre os Estados. Diante da realidade do modelo de integração adotado pelos Estados-Membros da União Europeia, os efeitos negativos da globalização se tornariam ainda mais evidentes. Fazendo-se necessário a implementação de um regime de cooperação judiciária em matéria penal para fazer frente à criminalidade. O artigo propõe discutir o espaço de liberdade, segurança e justiça da União Europeia. Abordando aspectos importantes da cooperação judiciária em matéria penal, quais sejam: o processo evolutivo, decorrente de tratados e convenções, a consolidação com o Tratado de Lisboa, além de uma análise dos principais órgãos e instrumentos acerca da matéria.

O quinto artigo é apresentado pelos pesquisadores Stanley Araújo Pena e Cid Gonçalves que abordam os crimes leves de forma científica. A pesquisa desenvolvida analisa a relação de cinco construtos junto à criminalidade leve: socialização, benefícios do crime, custos da criminalidade, desvios de conduta e comportamento criminoso. Utilizando-se de entrevistas em profundidade com 24 pessoas e aplicando um questionário junto à 413 participantes, os autores trazem como resultado que os crimes leves podem influenciar o cometimento de novos crimes, sendo que diferenças significativas foram observadas entre os seus antecedentes. A pesquisa demonstra ainda que os crimes leves são influenciados por uma ausência de senso de civilidade e socialização entre os indivíduos, além do fato de os autores do fato perceberem benefícios na conduta criminosa.

O sexto artigo traz a contribuição de Emmanoel Fernandes de Barros para a consolidação de uma visão moderna e eficaz de logística pública. Utilizando-se de pesquisa qualitativa, ele emprega a metodologia de revisão da literatura, analisando produções científicas das bases de dados do *Google Scholar e Scientific Eletronic Library On-line – Scielo*, adotando como premissa de busca os seguintes termos, de forma isolada e relacionada: gestão do conhecimento; controle externo;

controle interno; compras públicas; logística pública; inovação; barreiras à gestão do conhecimento; *knowledge management*; *innovation*; e *public procurement*.

O sétimo artigo toca em ponto chave para o panorama da segurança pública no Brasil, a crescente criminalidade na região norte do país, conforme nos alerta ano após ano os anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O artigo de Clayton Holanda de Brito analisa dados de crimes cometidos especificamente no estado do Acre ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, com dados coletados nos registros de indiciamentos lançados no Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, com o propósito de produzir informações estatísticas e apresentar um panorama da criminalidade no Estado, em uma escala temporal de longo prazo.

O oitavo artigo busca elementos concretos para análise de armas de fogo de porte individual da marca Taurus, mais especificamente de um de seus produtos utilizados na Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). A essência do trabalho está na abordagem da percepção dos policiais militares de Santa Catarina quanto à qualidade das armas de fogo de porte individual empregadas na Corporação. Para isso, identificou-se a principal arma de fogo utilizada na PMSC e, por meio de um questionário de análise quantitativa e descritiva (*survey*), coletou-se dados sobre a qualidade das armas, sob a luz de quatro quesitos básicos (Confiabilidade, Resistência, Portabilidade e Efetividade), segundo a percepção dos integrantes da PMSC.

O artigo que segue é apresentado pelas pesquisadoras da Polícia Civil de São Paulo, as delegadas Fernanda Ueda, Laiza Fernanda Rigatto e Ana Paula Sabariego Batista. A pesquisa qualitativa e exploratória aborda, por intermédio da revisão bibliográfica e da análise jurisprudencial, os principais argumentos de interpretação técnico-jurídicos utilizados pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras para a construção do reconhecimento e do respeito aos direitos das pessoas transgêneros, com destaque para os direitos de identidade. São analisados o conceito de identidade de gênero, as disposições do Parecer Consultivo OC 24/2017 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como a argumentação jurídica definida no Recurso Extraordinário 670.422, do Rio Grande do Sul, julgado pelo Supremo Tribu-

nal Federal (STF), sobre a possibilidade de alteração do prenome e do gênero nos assentos civis de pessoas transgêneros.

Por fim, encerramos o presente número com uma reflexão sobre os efeitos de longo prazo da pandemia de COVID-19 para a segurança pública. Os pesquisadores Bruno Benassuly Maués Pereira, Simone Souza da Costa e Silva, Rodolfo Gomes do Nascimento e José Gracildo partiram do princípio de que, mesmo na crise, a polícia não poderia parar, por tratar-se de uma atividade essencial. A hipótese do trabalho foi de que essa emergência de saúde pública internacional acarretaria diminuição das operações deflagradas pela Polícia Federal. Comparou-se os resultados operacionais “pré” e “pós” pandemia para entender o impacto dessa crise nas operações da Polícia Federal em 2020. Realizou-se um estudo descritivo, do tipo exploratório e inferencial, de abordagem quantitativa, com uma análise documental dos dados fornecidos pela própria Polícia Federal, apresentados em tabelas, gráficos e figuras.

Com essa edição a Revista Brasileira de Ciências Policiais dá continuidade à sua missão de contribuir para o aperfeiçoamento científico da atividade policial, de dar visibilidade aos saberes nela e por ela produzidos, de inserir a reflexão policial na comunidade científica internacional e de colocar a Polícia Federal, em todo seu efetivo humano e forças intelectuais, à serviço da sociedade brasileira.

JORGE ALAM PEREIRA DOS SANTOS

SERVIÇO DE PESQUISA E PUBLICAÇÃO

COORDENAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA (CESP/
DIREN-ANP).

EDITOR GERAL DA REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS
POLICIAIS.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES DE AUTORIA

(*integridade científica*)

Declaração de conflito de interesse: A autoria confirma não haver conflitos de interesse na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

Declaração de originalidade: A autoria assegura que o texto aqui publicado não foi previamente divulgado em qualquer outro local e que a futura republicação apenas será feita com expressa referência desta publicação original; também atesta(m) que não há plágio de material de terceiros ou autoplágio.

COMO CITAR (ABNT BRASIL)

SANTOS, J. A. P. Editorial. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 14, n. 13, p. 15 - 21 - set.-dez. 2023.



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.